



RESIDENCIAL COESA II

DAS REGRAS E POSTURAS URBANAS

Todo proprietário de unidade autônoma do Residencial Coesa II, ao executar, qualquer construção, complementação, modificação ou benfeitoria interna, aprovada, deverá obedecer, obrigatoriamente, às Regras e Posturas Urbanas a seguir especificadas. Tais regras e posturas deverão ser cumpridas por todos os proprietários assim como seus herdeiros ou sucessores a qualquer título.

Após as vendas dos lotes será formada a Associação de Proprietários do Residencial Coesa II que será o responsável pela administração e supervisão das regras e postura do referido Loteamento.

Estas limitações têm caráter supletivo, em relação à Legislação Municipal e têm a finalidade precípua de assegurar o uso apropriado do imóvel, objetivando preservar o seu conceito, destinação e valor.

Vedada a construção de prédio não residencial, o que inclui apartamentos para habilitação coletiva, edificações de qualquer natureza para fins comerciais, industriais e de escritório ou o exercício nestas, ou nas casas residenciais, de atividades de comércio, indústria, estabelecimento de ensino, hospital, clínica, consultório, atelier, templos, cinema, teatro, hotel, motel, pensão, clubes e associações, academias de ginástica, ioga e outras assemelhadas, ressalvadas exclusivamente para uso exclusivo dos associados, com suas respectivas dependências, instalações e extensões e suas alterações, da iniciativa e aprovação dos proprietários e aprovado em Assembleia. As casas construídas no Residencial Fechado Coesa II não poderão ser cedidas ou alugadas para pessoas, empresas ou associações para nelas realizar festas ou atos comemorativos que, se admitidos fossem, poderiam comprometer a tranquilidade dos moradores.

O proprietário, promitente comprador, seus herdeiros e sucessores, a qualquer título deverão efetuar ou conferir a demarcação topográfica definitiva da sua unidade autônoma adquirida, e, para promover quaisquer complementações de edificações ou introdução de benfeitorias, deverá respeitar, além das demais disposições como Convenção, Especificações/Memoriais, também as regras e posturas urbanas seguintes:

- 1) Não será permitida a construção de mais de uma residência por lote; ela se destinará exclusivamente à habitação de uma única família e eventuais empregados. A construção não poderá ser inferior a 150,00m².
- 2) Não será permitida a subdivisão de lotes, devendo ser respeitadas as áreas mínimas abaixo:
 - a) Área mínima da unidade autônoma 300,00m², com testada mínima de 10,00m sem a possibilidade de redução.
 - b) Não será permitida, em hipótese alguma, a abertura de vielas, ruas, praças ou passagens para pedestres.
Poderão ser englobados mais de um lote em uma única área, sendo que todos os direitos, obrigações, restrições, etc..., passarão a ser válidos, com relação às novas divisas resultantes.
- 3) A Taxa de Ocupação (TO) máxima dos lotes será de 60% (sessenta por cento).
Todos os lotes, independente do seu tamanho e formato deverão respeitar essa taxa de ocupação (TO).

A área de piscina encontra-se fora da taxa de ocupação.

As construções deverão obedecer às seguintes regras e posturas referentes aos afastamentos, recuos mínimos e altura máxima obrigatória:

- Frente: 3,00m (três metros).
- Laterais: 1,50m em um dos lados. Será permitido encostar a construção nesta divisa lateral até 6,00m (seis metros) especificamente para o uso de garagem.
- Fundos: 3,00m (três metros).
- Será permitida a construção de edícula desde que entre a mesma e a construção principal exista um recuo de 3,00m (três metros).
- Altura máxima da edificação (incluindo o volume da caixa d'água) não poderá ultrapassar 9,50m.

Todos os recuos da construção serão cotados a partir da alvenaria da edificação ou da projeção dos balanços ou marquises. Os beirais com até 0,80m serão considerados

para o efeito de recuo; porém, quando esta medida, os recuos deverão ser cotados a partir do valor excedente.

- 4) Na frente do lote não será permitida a construção de muro ou grades na área de recuo.
- 5) Nenhuma habitação poderá ter mais que dois pavimentos superpostos (térreo e superior). Exceção feita quanto ao aproveitamento do pavimento inferior ao meio fio.
- 6) As piscinas poderão ser construídas com até 1,50m de recuo em relação às divisas.
- 7) Será permitida a construção de edícula como apoio à construção principal com objetivo principal de servir como área de lazer.
As edículas poderão ser edificadas na divisa dos fundos e encostada nas duas laterais.
Os terrenos periféricos do Loteamento Residencial Coesa II e que tem o muro de fechamento em pelo menos uma de suas divisas poderão executar a edícula junto a este, desde que não o utilize como parede ou mesmo para apoio da cobertura.
- 8) As calçadas na frente dos lotes deverão ter inclinação máxima de 10% em relação à guia.
- 9) Construções de equipamentos (não considerados como área construída) junto aos muros de divisa tais como abrigo de botijões de gás, equipamentos paisagísticos – cascatas, cachoeiras, hortas, etc – casa de cachorro, deverão ser comunicadas pelo Conselho Consultivo antes de serem executadas. Tal medida tem a finalidade de procurar evitar futuros aborrecimentos e manter o bom convívio entre os moradores.

- 10) Os padrões de entrada e medição de água, energia elétrica ou de qualquer outra utilidade, poderão ser construídos nas áreas de afastamentos e recuos, devendo sempre obedecer aos padrões das respectivas concessionárias.
- 11) As obras que permanecerem paradas por um período igual ou superior a 03 meses deverão ser mantidas limpas e cercadas por tapumes. Se o proprietário da mesma não cumprir esta regra, o condomínio o fará e cobrará as despesas do mesmo.
- 12) Das Vias de Circulação: fica terminantemente proibido o lançamento de lixo e entulhos, ou misturar emboço, reboco, concreto ou qualquer tipo de massa, tanto nos passeios, como nas ruas, ficando o proprietário que descumprir essa determinação, sujeito a multas crescentes a serem definidas pelos atuais vendedores dos lotes, seu representante ou sucessores, estando, desde já, a Associação dos Proprietários autorizada à cobrança amigável ou judicial, se for o caso.
- 13) Tão somente nos casos em que o lote concedente esteja à jusante (nível inferior) do lote dominante, todo e qualquer comprador será obrigado a dar servidão para passagem de águas pluviais e esgoto, na faixa de recuo lateral livre, desde que devidamente canalizada. Correrá por conta do usuário da servidão toda e qualquer despesa inerente a este serviço e respectiva manutenção.
- 14) Os muros laterais dos terrenos de esquina poderão ser executados junto à divisa com a rua definida como secundária, apenas a partir do término do desenvolvimento da curva que define a esquina, ou seja, o muro só poderá ser executado na parte reta da divisa com a rua.
- 15) Das Despesas: As despesas de qualquer natureza que beneficiarem o Residencial Coesa II como um todo, serão rateadas entre todos os proprietários, porém, as demais despesas relativas à satisfação de quaisquer exigências destas regras e posturas urbanas ou que constarem de projetos específicos, que beneficiem os lotes isoladamente, deverão ser de responsabilidade e ônus do(s) proprietário(s) do(s) lote(s), que se beneficiar

(em) da mesma, independente de tais obras, se localizarem dentro ou fora do seu(s) lote(s).

- 16) Normas para Construção: Além daquelas constantes destas regras e posturas, terão que ser obedecidas às normas vigentes: na ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), na Prefeitura Municipal (código de obras) e no Código Sanitário.

OUTRAS RESTRIÇÕES

São proibidos letreiros e anúncios de qualquer natureza nos terrenos e nas edificações.

É expressamente vedada a utilização, pelo proprietário ou compromissário comprador, ou ainda por terceiros, das unidades e das áreas verdes para camping, barracões ou construções provisórias, depósito de materiais, ainda que em caráter temporário, e qualquer outro que lotes próprios e necessários aos trabalhos acessórios de construção da unidade principal, os quais deverão ser desmontados imediatamente após a conclusão da obra.

DA APROVAÇÃO DE PROJETOS

Os adquirentes de lotes deverão submeter ao Conselho Consultivo, o exame preliminar de seus projetos, antes de submetê-los à apreciação da Prefeitura Municipal de Casa Branca e demais órgãos competentes.

O Conselho terá por incumbência examinar os projetos sob o prisma das presentes restrições, exarando o seu parecer dentro de 15 (quinze) dias úteis da apresentação, pelo interessado na construção, do projeto e demais elementos de que trata o item seguinte.

Os projetos deverão ser submetidos ao Conselho, em duas vias, compreendendo: a) planta com curva de nível e implantação das construções; b) plantas baixas; c) fachadas; d) corte longitudinal e transversal; e) requerimento padrão a ser retidão na sede da Associação de Proprietários; f) memorial descritivo de acabamentos, devendo ser entregues por via de carta protocolada na sede de Proprietários ou por onde esta for indicada, cuja recepção fixará o prazo inicial para proferir o seu parecer.

O exame e aprovação do Conselho constituirão pré-requisito para a aprovação do projeto por parte do órgão municipal competente, consoante convênio a Vista.

PENALIDADES

Na eventualidade de qualquer infração aos dispositivos dos capítulos 2, 3, e 4, a Associação de Proprietários notificará o infrator a sanar de imediato a irregularidade, sob pena de multa pecuniária diária, equivalente a 1 (uma) taxa mensal de contribuição, em vigor na data da infração, a ser revertida em favor da Associação de Proprietários. Sem prejuízo de referida penalidade, persistindo a infração, a Associação de Proprietários disporá de ação cominatória para demolir a edificação promovida irregularmente.

DAS DESPESAS A CARGO DOS ADQUIRENTES

O adquirente de lotes do loteamento fechado, pelo presente e na melhor forma de direito, e como condição deste negócio, por si e sucessores, obriga-se a concorrer com todas as despesas necessárias para se alcançar tudo quanto aqui previsto, cujos valores serão estabelecidos em Assembleia Geral convocada pela Sociedade, notadamente às relativas:

- a) Serviços de vigilância da área onde se situa o Loteamento Fechado Coesa II, portaria e, quando o caso, manutenção e conservação dos fechamentos;
- b) Serviços de manutenção da vegetação em áreas comuns, salvo quando expressamente referido neste Regulamento como despesa exclusiva do adquirente da unidade autônoma;
- c) Serviços de manutenção da vegetação aparada nas unidades autônomas nos quais não tenham sido iniciadas construções e os de atendimento das condições de fechamento do Loteamento, quando autorizado;
- d) Quando devidos, todos os serviços de conservação de vias, galerias, controle de erosão, instalações e outros assemelhados, que se tornem necessários ou recomendáveis ao interesse do Loteamento;
- e) Serviço de aprovação de projetos e suas eventuais alterações, da parte da Sociedade;
- f) Serviços de recolhimento do lixo domiciliar;
- g) Taxa de abastecimento de água, energia elétrica e sua manutenção nas áreas comuns;
- h) Taxa de manutenção do Centro de Lazer do Loteamento Fechado Coesa II.

Os serviços de manutenção dos lotes a que se refere este Regulamento, não excluem remoção de entulhos provenientes de obras, que compete exclusivamente ao adquirente promover, sob pena de executada pela Associação de Proprietários, a débito dele, adquirente.

A prestação dos serviços de vigilância e portaria não implica na assunção de qualquer responsabilidade por parte da Associação de Proprietários ou dos empreendedores, quanto a quaisquer atos ou fatos, decorrentes de atos delituosos ou não, casos fortuitos, acidentes, ou outros.

O adquirente obriga-se a sub-rogar a terceiros a quem venha a ceder, ou prometer ceder, seus direitos sobre o imóvel adquirido no Loteamento Fechado Coesa II, as obrigações assumidas neste Regulamento, sob pena de, não o fazendo, continuar a responder solidariamente pelo pagamento de todos os valores e encargo aqui previsto. Da mesma forma, o adquirente deverá proceder expressa sub-rogação das obrigações aqui instituídas, nas pessoas de seus sucessores, inquilinos, cessionários de uso ou quaisquer outros a quem alienarem ou prometerem alienar o imóvel ou seu uso, sob pena de continuarem responsáveis pelas mesmas.

Herdeiros ou sucessores do adquirente por outros títulos que não os mencionados neste item sub-rogar-se-ão, automaticamente, nas obrigações ora assumidas.

Enquanto o adquirente, ou sucessor, não comunicar por escrito e comprovar documentalmente à Associação de Proprietários a sub-rogação de suas responsabilidades, continuará respondendo solidariamente por elas. Nesta hipótese, só estará exonerado das obrigações vincendas a partir de tal comprovação.

As responsabilidades ora assumidas pelo adquirente somente poderão ser sub-rogadas a terceiros quando houver, concomitantemente, a alienação do imóvel ou dos direitos sobre eles. Na hipótese de contrato celebrado entre o adquirente e terceiros (ou então entre estes e outros terceiros), o então vendedor reassumirá tacitamente suas condições anteriores, ficando novamente obrigado a concorrer com as despesas aqui previstas, inclusive as vencidas e não pagas.

Em todas as alienações ou promessa de alienação, será obrigatória a transcrição integral do presente Regulamento, segundo o seu texto em vigor na data da alienação.

Para o exercício do seu direito de credora, a Associação de Proprietários poderá utilizar-se de todos os meios admitidos para cobrança, inclusive sacando títulos de

crédito contra o adquirente, ou seus sucessores, levando-os mesmo a protesto e promovendo processo de execução.

Os serviços aqui mencionados ficarão a cargo da Associação de Proprietários, que poderá valer-se de terceiros para tal fim.

As obrigações assumidas pelos adquirentes têm caráter irrevogável e irretratável, não podendo qualquer das partes pretender a sua rescisão.

Os valores previstos neste Regulamento serão, na menor periodicidade legalmente possível, reajustados de acordo com a variação de IGPM (Índice Geral de Preços de Mercado, publicado pela Fundação Getúlio Vargas), ou na falta deste, qualquer outro índice que reponha o valor da moeda. O reajuste será efetuado na menor periodicidade permitida pela lei, ficando aplicáveis sem prejuízo das revisões ou complementações aprovadas em Assembleia Geral convocada pela Associação de Proprietários, na forma do Estatuto Social desta.

Sequoia Norte Empreendimentos Imobiliários S/S Ltda